

O cuidado desnatura(liza)do: relatos e reflexões a partir de experiências no trabalho em saúde com famílias atravessadas pelo cárcere

Najla da Cunha El Jundi

Psicóloga (PUC-RS), Especialista em Atenção à Saúde Mental/Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

<https://orcid.org/0009-0006-8226-0704>

najladacunhaeljundi@gmail.com

Roberta Fin Motta

Psicóloga, Professora, Coordenadora do Serviço de Atendimento e Pesquisa em Psicologia/Escola de Ciências da Saúde e da Vida (PUC-RS)

<https://orcid.org/0000-0003-4074-0161>

roberta.motta@puccrs.br

Introdução

O presente artigo é resultado do meu trabalho de conclusão de graduação, no qual analiso as experiências que tive durante um estágio extracurricular realizado entre 2019 e 2021, no Programa Primeira Infância Melhor¹ (PIM). O programa integra a Política Estadual de Promoção e Desenvolvimento da Primeira Infância, que é, a nível nacional, disseminado por meio do Programa Criança Feliz², inspirado no PIM, com a mesma proposta e metodologia. Como estagiária do programa, minha função era promover o cuidado às famílias que tinham algum vínculo com o cárcere, por meio de visitas domiciliares³ (VD's).

1 Lei estadual 12.544, de 03 de julho de 2006.

2 Decreto nº 8.869, de 05 de outubro de 2016.

3 Instrumento muito utilizado na Atenção Primária em saúde no Brasil, para a prestação de cuidados ao indivíduo, família ou comunidade, o qual se realiza em domicílio pelos profissionais e equipes de saúde e/ou assistência social (Andrade et al., 2014).

Contudo, sendo estagiária-visitadora, estudante de psicologia, de uma universidade particular, e vindo de uma realidade bastante distinta da que viviam as famílias atendidas, essa experiência gerou constantes deslocamentos subjetivos e questionamentos sobre meu atuar. Primeiramente, levando-me a problematizar o cuidado pressuposto pelo programa, e posteriormente interrogar sobre os cuidados observados e possíveis de serem construídos em meus encontros. Neste trabalho, busco compartilhar essas reflexões e exercer, como propõe Bellacasa (2023), um cuidar do cuidado, contribuindo para sua construção ética e singular.

A atuação no programa acontecia por meio de VD's semanais, oferecidas pela equipe ao seu público-alvo, composto por famílias com gestantes ou crianças na primeira infância⁴, que se encontram em situação de vulnerabilidade social⁵. As atividades incluíam articulações de rede, orientações e atendimentos lúdicos, com o objetivo de promover o que a política denomina “desenvolvimento integral” das crianças desde a gestação. Para a execução do trabalho, eram fornecidas capacitações e materiais institucionais, que traziam informações sobre como cuidar e estimular as crianças, incluindo um “Guia da Família”, o qual era, também, fornecido às famílias. Esses materiais, assim como os objetivos do programa, eram fundamentados em teorias do desenvolvimento infantil, citando autores como Vygotsky, Piaget, Bowlby, Winnicott, Bruner, e estudos recentes da Neurociência (Primeira Infância Melhor, 2021). O progresso era avaliado, assim como o planejamento das atividades lúdicas, a partir de indicadores esperados para cada idade, como, por exemplo, firmar a cabeça, reconhecer vozes, abrir e fechar tampas, dar passos, nomear objetos. As brincadeiras propostas envolviam, portanto, estímulo à imitação de sons, esconder objetos para a criança buscar por eles, oferecer tapetes sensoriais para estimular o engatinhar ou os passos, entre outras. Era necessário, ainda, envolver as famílias como protagonistas destas brincadeiras e cuidados propostos, visando sua continuidade e, de acordo com o programa, o fortalecimento dos vínculos parentais. Afinal, a família e a parentalidade — performando um modo de ser compreendido como saudável pelo programa — são tomadas como eixo principal para atender ao objetivo de proteção da infância e de superação das desigualdades (Primeira Infância Melhor, 2021).

Enquanto visitadora do programa, durante a maior parte do período em que nele estagiei, compus a equipe que atendia às famílias cujas mães tinham algum vínculo com o cárcere: estavam privadas de liberdade, ou em regime semiaberto, ou haviam recém

4 Período entre 0 e 6 anos completos de vida.

5 O critério para a categoria de vulnerabilidade social utilizado pelo programa era o de viver em territórios da cidade com maiores índices de violência e menor renda per capita, ou a família nuclear possuir algum vínculo com o cárcere.

terminado de cumprir suas penas. Além disso, houve a oportunidade, para além das idas às residências, de realizar três visitas a uma Unidade Materno-Infantil de um presídio feminino, onde desenvolvi, também, oficinas com as mães e bebês que lá se encontravam.

Nesses encontros com as famílias que acompanhava, vividos a partir da atuação como estagiária e visitadora do PIM, pude me afetar por intensidades e perceber atravessamentos que penso contribuir para a formação enquanto psicóloga e para uma reflexão crítica sobre o cuidado. Neste artigo busco, portanto, relatar algumas destas experiências, tendo como pano de fundo o processo de produção do cuidado, analisando-as em sua conectividade com outros processos e agenciamentos. Assim, procuro possibilitar uma reflexão sobre a temática, e contribuir para a abertura para novos diálogos e caminhos no cuidar em saúde, pois, como sugerem Fonseca e Costa (2013, p. 429), “a tensão é o excesso da estilística que aponta sempre um por vir, tal qual em uma melodia, pintura ou fotografia: trata-se do fragmento, denso, intenso, que nos leva a criar um movimento que não há”.

Percurso Metodológico

Para empreender a discussão sobre o tema, o artigo é elaborado em formato de um relato ensaístico de experiência, porém, fortemente influenciado em sua produção pelo método cartográfico, formulado por Deleuze e Guattari (1980). A perspectiva cartográfica consiste em acompanhar processos de um dado território, mas compreendendo “território não somente como mapas estáticos e estatísticos, mas sim como espaços político-existenciais, de relações de poder, de vínculos e afetos” (Lima & Alvarenga Filho, 2018, p. 119). Entendendo, como Paulon e Romagnoli (2010), que a aproximação à realidade complexa implica o uso de uma abordagem que, diferente das metodologias tradicionais, rejeita a visão dualista de objetivo/subjetivo, e considera o irreduzível, o não-homogêneo e a imperfeição. Situando-se em terreno mutável, onde não se pode evitar a questão da posicionalidade, pois toda visão é uma visão de algum lugar, assim como o ato de fala (Abu-Lughod, 2018). Busca-se, por meio das incertezas, dos problemas e das contradições, abarcar a vida e o cotidiano, para promover, sobretudo, práticas reais, amparadas em uma ciência interessada na ampliação de possibilidades de vida (Paulon & Romagnoli, 2010).

Apesar de citar a cartografia como inspiração para esta pesquisa, cabe dizer que não se trata de uma pesquisa-intervenção, tendo em vista ter sido realizada posteriormente à finalização do estágio no programa. Durante as atividades práticas que produziram os materiais e as análises aqui expostas, eu não ocupava a posição de pesquisadora, e sim de estagiária e visitadora do programa. As famílias envolvidas não estavam cientes de que

seriam objeto de pesquisa durante os encontros, apesar de consentirem posteriormente. Assumo, portanto, limitações decorrentes das análises não terem sido realizadas ainda em diálogo com os demais sujeitos dos encontros, como seria de grande desejo, estando ciente das problematizações a respeito do poder exercido pelos discursos do pesquisador.

Os registros foram “colheitados”⁶ em um “diário de campo”, produzido ao longo de dois anos de atuação no programa, porém com o intuito na época de facilitar a produção dos relatórios obrigatórios das atividades. Dentre as experiências registradas, selecionei três cenas para a produção deste artigo, escolhidas com base em minha própria afetação durante as interações, cujo estranhamento me sugeriu a presença de contradições e possibilidades de relações e conexões com outros campos que não apresentados nas preparações para o atuar no programa. Vivências relatadas e “inclinadas”, portanto, pelo subjetivo e pelos atravessamentos também de quem escreve, porém, que compõem, ainda, um plano comum, coletivo, visto que se trata de experiências da ordem da subjetivação. Como os autores colocam (Paulon & Romagnoli, 2010), a relação dentro-fora é similar à relação parte-todo, sendo o organismo uma relação entre relações, e não uma totalidade. Olhando desta forma para o campo ilustrado, aposto no acesso à diversidade de vetores heterogêneos implicados na pesquisa: eu, meu campo de interlocuções teóricas e técnicas, meus compromissos éticos-políticos, bem como o objeto e suas diversas possibilidades de articulações (Passos & Kastrup, 2013).

Assim, nas cenas, busco evidenciar os encontros e processos que mais marcaram em minha memória e corpo⁷, pois percebidos neles multiplicidades de agenciamentos e intensidades de contrastes. Como para Deleuze e Guattari (1995), a cartografia deve ser entendida como um mapa aberto, que é continuamente desenhado pelas conexões que o campo de pesquisa oferece, levando em consideração as implicações do próprio pesquisador, incluindo seus desejos, perguntas, curiosidades e verdades.

Empenho-me em preservar o anonimato das famílias, fazendo, também, o uso de nomes e apelidos fictícios. Ressalto que os cuidados éticos para pesquisas em ciências humanas e sociais foram observados, conforme as diretrizes e orientações da Resolução nº 510 (Conselho Nacional de Saúde, 2016).

Dito isso, ao fim das análises inesgotáveis sobre os atravessamentos e conexões mapeadas, não tenho a pretensão de construir conclusões fechadas e generalistas sobre

6 Passos e Kastrup (2013) utilizam o termo “colheita de dados”, ao invés de “coleta”, para afirmar o caráter mais de produção do que representação.

7 No sentido de território de afetação. “Quando pensamos em afeto, estamos pensando em modos de afetação, na variação emocional de um corpo no encontro com outro corpo” (Fernandes & Garcia, 2021, p. 28).

o cuidado, tampouco validar ou não a experiência de cuidado das famílias, ou o modelo de cuidado promovido pelo programa. A antropóloga Bellacasa (2023) adverte que falar em “bom cuidado”, ou mesmo cuidado “tão bom quanto possível” não parte nunca de um lugar neutro, sendo o cuidar necessariamente uma intervenção ética e política, que afeta também aqueles que estão pesquisando o cuidado. O que intenciono, portanto, com esse mergulho, é possibilitar a emergência de novas perguntas, problematizações e, assim, reinvenções para as práticas em saúde. Desestabilizar, para produzir desvios e inclinações outras, emergir focos de invenção, de alteridade (Paulon & Romagnoli, 2010).

Cena 1: primeira vez no presídio

Rumo à penitenciária feminina pela primeira vez, estávamos eu e minha colega, também estudante de psicologia, acompanhadas de uma assistente social que, eventualmente, promovia oficinas na Unidade Materno-Infantil da Instituição. Sendo nós duas visitadoras do município, estávamos, apenas, de certa forma, acostumadas a trabalhar com aqueles que ficavam “fora”: as crianças com as famílias ampliadas que assumem os cuidados dos filhos das apenadas.

Quando uma mulher/mãe ou gestante vai presa, visando garantir os direitos firmados na Lei nº 13.257/2016, é permitido que o bebê, em período de amamentação, fique na instituição junto a ela. Ainda que, na verdade, o Marco Legal da Primeira Infância⁸ seja suficiente como prerrogativa à pena domiciliar a essas mulheres – que, em sua maioria, estão em prisão preventiva, por crimes sem violência, majoritariamente por tráfico de drogas (Portal de dados do Ministério da Justiça, 2017) — porém, por ficar a critério do juiz, nem sempre é isto que ocorre. Sendo assim, é permitido que o bebê permaneça com a mãe, em cárcere, se esta for sua escolha, até por volta dos 6 meses. E, quando isto não é mais possível, ou preferido, como ocorrido por Silva (2015), há um rearranjo entre os familiares para que possam amparar os filhos destas que se encontram reclusas, o que foi muito observado por mim, visto que meu dia a dia era nas casas destes familiares. No entanto, há, ainda, situações em que esta rede ampliada de parentesco não se encontra disponível, ou, até mesmo, não existe, resultando em uma situação de maior desproteção de seus filhos (Silva, 2015), conjunção a que apenas soube por relatos de famílias atendidas, de crianças que precisaram ser institucionalizadas em casas de acolhimento.

No dia da visita, mesmo dispondo destes conhecimentos, não conseguia imaginar muito com o que nos depararíamos do lado de dentro daqueles muros hostis. Sentia minha colega compartilhar da ansiedade por conhecer aquela realidade. E tinha somente a certeza

8 Nome atribuído a lei nº 13.257/2016.

de que seria uma experiência “desconfortante”, com tensões e choques necessários, em quem já não consentia com a lógica (penal), mas se interessava por conhecer mais seus efeitos.

De acordo com Menezes e Lopes (2020), o Brasil é o país com a quarta maior população carcerária feminina do mundo, sendo a grande maioria destas mulheres mães ou gestantes. Antes do estágio, eu sequer sabia que existia uma Unidade Materno-Infantil, com grávidas e bebês “presos”. É perturbante pensar neste cenário, mas, de acordo com o Instituto Terra Trabalho e Cidadania (Menezes & Pereira, 2020), essas mulheres costumam ser a principal ou a única responsável pelos filhos antes da prisão. Sabendo, ademais, que se trata de um perfil de jovens negras (incluindo aqui a categoria parda e preta⁹), com baixíssima escolaridade (Portal de dados do Ministério da Justiça, 2017), presumivelmente, pobres e em contextos de vulnerabilidade social. Pereira (2016) faz questão de ressaltar que, nestes contextos, a centralidade das mulheres é ainda mais destacada, sendo elas as cuidadoras e provedoras, o “pilar” de estruturação de suas casas.

Dito tanto, pode-se perceber como era impossível não pensar nas questões de gênero, as quais se apresentavam, sempre, diante de olhos atentos; “fora” ou “dentro”. Inclusive, eu havia visto e escutado as gritantes ausências dos homens: nas casas, nos registros das crianças, nas visitas prisionais.

Os estudos voltados à prisão feminina apontam para o contraste que ocorre no porvir das crianças quando o pai ou a mãe vão presos. A reclusão masculina é acompanhada da certeza de um responsável pelos cuidados dos filhos – que na, grande maioria, este cargo é ocupado pela mãe das crianças que, além de oferecer todo apoio aos filhos, continua mantendo o contato com o marido e também possibilita a proximidade entre ele e seus descendentes. Já o encarceramento feminino é caracterizado pela imprecisão quanto ao destino dos filhos, uma vez que o pai não se responsabiliza pelo cuidado destes, ou não tem como fazê-lo por também estar em situação de aprisionamento, com isso, juntamente com a reclusão da mulher, inicia-se um processo de inquietude e preocupação quanto ao estabelecimento de redes de proteção social ou de solidariedade para abrigar estas crianças enquanto perdurar a reclusão materna (Silva, 2015, p. 184).

9 O IBGE divide as categorias pretos e pardos; já o movimento negro usa o termo “negro” para significar afrodescendente, unindo as duas categorias (Guimarães, 2003).

Para aquela data, não tínhamos exatamente um planejamento de atividade, pois considerávamos que seria como costumeiramente era o primeiro dia com as famílias aqui “de fora”, em que nos conhecíamos e éramos direcionadas a apresentar o programa e o “Guia da Família”. Ademais, também era estimulado que observássemos a relação cuidador-criança e o desenvolvimento das crianças, para pensarmos as atividades das próximas datas, o que, naquele caso, onde estariam apenas mães e filhos(as), tornaria mais evidente a responsabilização essencialmente na figura materna para o educar em saúde, aspecto que Klein (2012) problematiza, ao falar sobre a política pública voltada para uma “infância melhor”.

Lembrava-me, aliás, das experiências que tínhamos, onde éramos normalmente bem recebidas nas casas das famílias. Mesmo que houvesse, raras as vezes, alguma desconfiança inicial, as portas eram logo abertas e nossas visitas “naturalizadas”. No entanto, ao adentrarmos o local, paramos em um pátio na espera das aprisionadas da Unidade, que haviam sido chamadas para nos encontrar, e poucas se dirigiram até onde estávamos. As mulheres, com seus bebês, todos no colo ou no carrinho, como se o duro e úmido cinza do chão os repelisse, não pareciam muito interessadas no que fossemos manifestar. Conversavam entre elas, e não se aproximavam muito, ignoravam nossa presença.

Em determinado momento, esbocei dizer algo, introduzindo o que era o programa, mas, na mesma hora, senti-me mais que insignificante, senti-me absurda. “Quem sou eu para dizer algo a essas mulheres? Não tenho filhos, não sofro das mazelas do racismo, nunca estive presa ou passei por metade das dificuldades que, provavelmente, elas passam ou já passaram na vida”, “por que iriam querer receber orientações minhas? Será que tenho algo a ensinar a elas?”. Questionava-me, inevitavelmente.

Ficava desvendado, ao serem produzidos esses questionamentos, o apagamento que o modelo do programa, ancorado fortemente em pressupostos biomédicos e nas teorias psicológicas, implicava às diferenças de gênero, raça e classe, como já posto por Klein (2012). De modo que, no encontro com os sujeitos, mães e crianças no cárcere, todo o contexto aparentou ser considerado apenas como “enxerto” no modelo prescrito. Um modelo “frio”; e eu ali, tão deslocada quanto, mais “fria” ainda, com um “*guia* para ser uma boa mãe”, embaixo do braço. Klein (2012, p. 650) ainda coloca: “deslocar-se da existência desse modelo unitário e fixo pressupõe pensar os sujeitos (mãe e criança) como produtos das linguagens que os nomeiam e que descrevem e significam o seu desenvolvimento numa determinada cultura”.

Enquanto essas incômodas indagações invadiam-me a mente, percebi uma agitação no local. As mulheres andavam de um lado para o outro, revezando-se com o colo dos filhos,

falando entre elas e com uma das agentes penitenciárias. Observando, fui entendendo que elas estavam bravas, pois um dos bebês estava com febre há alguns dias e o médico prometido não estava lá novamente. Pude sentir a impotência e a indignação geradas por aquela situação. A impotência não era nova, mas eu não costumava sentir indignação e revolta vindas das famílias com quem trabalhava. Inclusive, sempre me perguntava por onde andavam esses afetos, com tantos motivos para existirem. O que me remetia, por vezes, ao conceito de *Fatalismo*, elaborado em seu caráter ideológico por Martin-Baró (2017), podendo ser classificado como “comportamentos de conformismo e resignação diante de qualquer circunstância” (Martin-Baró, 2017, p. 175), que “mesmo sendo uma síndrome pessoal, representa um correlato psíquico de estruturas sociais determinadas” (Martin-Baró, 2017, p. 191).

Ainda, para pensar os afetos que apercebi e interpretei, muitas vezes, como mais resignados, relaciono possíveis operações de subjetivação com processos históricos de nosso país e com expressões objetivas de lógicas de dominação presentes até hoje. Nesse sentido, Costa e Mendes (2020a) ressaltam a influência da doutrina liberal na formação do pensamento social brasileiro, com muitos dos discursos que contribuem para a naturalização das desigualdades sociais, considerando, também, o processo de colonização do contexto latino-americano, assentado em regimes escravocratas, que perduram ainda concreta e simbolicamente nos dias atuais. Os autores ainda definem:

É uma expressão da dominação social objetiva subjetivada, tendo a funcionalidade política de impossibilitar a mudança social. Isso porque os explorados e oprimidos aspiram, sim, por melhores condições de vida. Porém, os regimes sociais tratam de definir atitudes e comportamentos compatíveis ou não a eles (Costa & Mendes, 2020a, p. 687).

Penso importante ressaltar, como Costa e Mendes (2020a), que, de todo modo, apesar do exposto, não podemos confundir o fatalismo das maiorias oprimidas e trabalhadores pobres com a causa de sua posição social. Afinal, são as estruturas sociais e nas relações de poder e dominação, bem como nas privações reais que se mantém a desigualdade, e por consequência, geram situações de fatalismo (Costa & Mendes, 2020a). Uma subjetividade que se soma e se compõe junto aos dispositivos de poder para a *docilização* dos corpos, sendo “dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (Foucault, 2014, p. 134). Aos corpos desobedientes, a disciplina: “Vigiar e Punir” (Foucault, 2014). E, como cabe aqui dizer, nada mais disciplinador que um presídio.

Assim, surge a possibilidade de correlação do, recentemente notado, afeto disruptivo, com o ambiente em que o percebo. Estranho que o reconheça atrás das grades, e não fora delas? Provavelmente, para os autores Costa e Mendes (2020a), não seria, já que identificam a criminalidade social como uma das outras formas de resistência à falta de um projeto alternativo de sociedade. A violência surge, também, como uma das principais formas de revolta, mas que não se caracteriza como insurgência contra o sistema, visando a mudança social, apenas de uma demanda material, sobretudo no contexto capitalista, onde as concepções liberais de indivíduo e cidadão se dão pelo acesso ao consumo (Costa & Mendes, 2020a).

Lembro-me, ainda, vagamente, de uma frase enaltecendo a paz, que estava escrita à tinta, em uma das paredes do hall de entrada daquela instituição disciplinar, como se fosse um recado de “boas-vindas”. Eu, que costumava ouvir *Racionais MC's* nos trajetos para o estágio, pensei o quão violenta podia ser essa pacificação. Na canção “Fórmula Mágica de Paz” é possível reparar na contradição da realidade a que estão submetidas as populações periféricas, em relação a uma busca individual pela paz.

Eu vou procurar, eu sei que vou me encontrar
 Eu vou procurar, eu vou procurar
 Você não bota uma fé, mas eu vou atrás
 Da fórmula mágica da paz
 Choro e correria no saguão de um hospital
 Dia das crianças, feriado e luto final
 Sangue e agonia entra pelo corredor
 Ele ‘tá vivo? Pelo amor de Deus doutor
 4 tiros do pescoço pra cima, puta que pariu a chance é mínima
 Aqui fora, revolta e dor, lá dentro estado desesperador
 Eu percebi quem eu sou realmente
 Quando eu ouvi o meu sub-consciente
 E aí Mano Brown, cuzão? Cadê você?
 Seu mano ‘tá morrendo o que você vai fazer?
 Pode crer, eu me senti inútil, eu me senti pequeno
 Mais um cuzão vingativo, vai vendo
 (Racionais Mc's, 1997).

No entanto, voltado à cena na Unidade, a mobilização e os sentimentos que ali surgem, em razão do cuidado a uma criança, assumem, também, um caráter coletivo. Eu não fui capaz de identificar dentre as várias mulheres quem era a mãe do bebê que se encontrava doente, uma vez que todas que ali estavam e agiam de forma semelhante. Era como se fossem todas as mães daquele bebê, seria, afinal, pois todas poderiam ser? Ou, ainda, estariam imbricadas outras concepções de maternidade e/ou maternagem?

Cena 2: a Redenção de Cam e o grito de uma mulher/mãe cuidadora

Era uma quarta-feira e, como de costume, eu visitava duas famílias em uma região a qual considerava a mais complicada entre as que frequentava. A rua era, na verdade, um beco, com chão de terra batida, em um bairro conhecido pelas guerras do tráfico e violência policial, e era corriqueiro avistar jovens vendendo drogas no caminho. No muro, da esquina que adentrava o beco em questão, havia uma pichação de ameaça a uma das facções que antes detinha o controle do tráfico no bairro.

Sobre este cenário de violência, os autores Costa e Mendes (2020b) trazem contribuições. Teorizam, eles, sobre as expressões e engendramentos de uma dinâmica e totalidade da qual o Brasil, enquanto um país da periferia capitalista e de constituição colonial e escravocrata, por consequência sofre. Ademais, eles desenvolvem sobre as guerras imperialistas e colonialistas, as quais sempre tiveram como meta a dominação e a supressão objetiva-subjetiva daqueles contra os quais se voltaram, constatando, assim, que isto ainda se perpetua de diversas formas em nosso país, mas, principalmente, onde se encontram pessoas, não por acaso, marginalizadas territorialmente, sobretudo por meio da chamada “Guerra às Drogas”. Guerra esta que, cabe dizer, utilizada para justificar ações imperialistas, e o genocídio de pretos(as), pobres e periféricos(as), afinal, nenhuma guerra se volta para coisas, e, sim, para pessoas (Costa & Mendes, 2020b).

Em meio a este palco que percebia ora como conflitivo, ora como desprezado, pelo Estado, foram duas passagens que me marcaram. O primeiro, um diálogo meu com a bisavó da menina a quem eu atendia, em uma casa que, para adentrar, era preciso atravessar o esgoto, por cima de uma tábua de madeira. A casa era pequena, escura e úmida, por isso, quase sempre, encontrava seus residentes na área da frente, onde ficava a parte mais iluminada pelos raios solares e onde, também, conviviam algumas galinhas.

A menina, moradora em questão, a quem vou chamar de Kelly, tinha 13 anos, e tinha acabado de se tornar mãe. E, em vista disso, a assistente social do território entrou em contato comigo. Ela soube que o programa estava atendendo outra família da rua e

preocupava-se com a vulnerabilidade em que Kelly se encontrava, pela idade em que estava a gestar, mas, além disso, por ter ciência de sua difícil condição socioeconômica.

Não é desconhecida a relação em que áreas de menor renda possuem com casos de gestação na adolescência e vulnerabilidade social (Ferreira et al., 2012). Além disso, este fenômeno de reprodução social está relacionado às condições de gênero e possui, também, um valor simbólico. Ferreira et al. (2012) apontam:

Frente às limitadas possibilidades de se emanciparem economicamente, para muitas dessas meninas, a maternidade é uma âncora social para se tornarem adultas. Nessas comunidades, a família ocupa posição central, enquanto a escolaridade e o trabalho tomam posições periféricas (Ferreira et al., 2012, p. 317).

Kelly, por ainda ser extremamente jovem, era cuidada e tutelada por sua bisavó, que sustentava a casa com uma singela aposentadoria e com um auxílio reclusão que recebia pelo aprisionamento da mãe de Kelly. Este “benefício”, julgado por muitos como “bolsa-bandido”, era cuidadosamente utilizado como forma de sobrevivência pela família, sendo ainda muito insuficiente para o sustento da casa, e para o cumprimento de seu propósito jurídico. Aqui, me refiro ao que no Direito Penal chama-se de não-transcendência da sanção, ou, ainda, “Princípio da Personalidade da Pena”, em que fica posto que as condenações não devem prejudicar terceiros (Colmeia, 2016). Mesmo assim, é inegável a ocorrência de múltiplos malefícios acarretados aos familiares daqueles que são aprisionados, principalmente ao que se refere aos danos às relações de maternidade/paternidade e filiação (Colmeia, 2016), podendo, eu, ter verificado a intensidade deste problema no caso do encarceramento feminino.

Se a família é privada de indivíduo que em sua organização-orçamentária ocupava papel central, desvela-se óbvio que os seus demais componentes são tolhidos do aporte necessário ao cumprimento de seus direitos e à satisfação de suas necessidades. Tal perspectiva, que por si só já deveria despertar preocupação, é agravada de modo substancial se considerarmos que dentro da seletividade penal a regra é que o aprisionamento atinja justamente aqueles que já se encontravam em posição de pobreza (Colmeia, 2016, p. 11).

Sobre o caso de Kelly, eu também viria a saber, pelo psicólogo da assistência social do SAF (Serviço de Atendimento à Família) do território, que a menina engravidara de um jovem maior de idade, o qual também estava preso, por tráfico de drogas na região.

Portanto, ela era vigiada pelos amigos do pai da criança, para que não falasse sobre sua paternidade — que poderia vir a ser constatada como abuso de menor —, pois ele poderia sofrer consequências. A bisavó, inclusive, já havia me comentado sobre um desejo de mudarem-se daquela região. E Kelly falava sempre pouco, de maneira que eu desconfiava que o motivo fosse além de vergonha e insegurança diante da gravidez, que viria a me revelar ao longo dos encontros, mas, também, por receio de retaliações.

Feita a contextualização até aqui, fica clara a precária situação imposta àquelas vidas. As autoras Albino et al. (2021, p. 247) tomam o conceito de precariedade, o qual se torna regra em tempos de neoliberalismo, enquanto “insegurança e modo de ser exposto ao perigo, ela abarca o corpo e os processos de constituição de sujeitos”. Butler (2019) vai abordar o conceito de *vidas precárias*, demonstrando a existência de uma administração biopolítica, que pressupõe a existência daquelas vidas que são consideradas dignas de luto e daquelas que não, alegando que, nesta condição politicamente (e economicamente) desigual, há um governo de valor dos seres vivos, em que algumas vidas não são sustentadas ou amparadas por uma estrutura social, ou rede de apoio, pois, dentro desse sistema de valor, importam menos, merecem ser desprotegidas e desvalorizadas enquanto vidas. A partir desse paradigma, a vulnerabilidade dessas populações vai além da presença de dificuldades em suas vidas, mas de uma “não-vida”, considerada dispensável e abandonada, fazendo necessário seu reconhecimento e reafirmação em seus modos de viver e resistir. Ao mesmo tempo que aparece como ameaça e restrição, ela tem a capacidade de abrir novas possibilidades de vida, bem como de trabalho. “Dessa maneira, a precarização pode ser entendida, em seu sentido mais fundamental, como um modo de viver marcado por condições imprevisíveis e contingentes” (Albino et al., 2021, p. 247). Tudo isso, com certeza, estava presente nas entrelinhas do encontro em questão. Naquele dia, no entanto, foi algo mais sutil que viria a me atravessar rendendo certa desacomodação.

Era a segunda vez que eu chegava na casa de Kelly após o nascimento de sua bebê, e quem me recebeu na entrada foi sua bisavó. O clima era de alegria pelo nascimento com saúde da menina. É, então, que a senhora que era negra, de pele retinta, faz um comentário breve sobre sua tataraneta, falando o quão linda ela era, parecida com a bisneta (Kelly), “com a pele ainda mais clarinha”. Fiquei sem conseguir dizer nada, logo após, e, no silêncio, veio à minha mente a famosa pintura “A Redenção de Cam” (A Redenção de Cam, 2022). Na obra, é expresso o processo de miscigenação no Brasil ao fim do século 19. Estão pintados: uma senhora negra de pele bem escura agradecendo com suas mãos para o céu, e ao lado, está uma moça também negra, mas com a pele mais clara, segurando um bebê branco no colo, e, mais à direita, um homem branco, ao que tudo indica ser o pai da

criança. O título da pintura, o qual fui buscar saber, usando o “google”, logo após chegar em minha casa, remete a um mito bíblico, em que Noé lança uma maldição sobre seu filho Cam, condenando seus descendentes a serem “servos dos servos”, ou, melhor, a serem escravizados(?) (Rocolato, 2018).

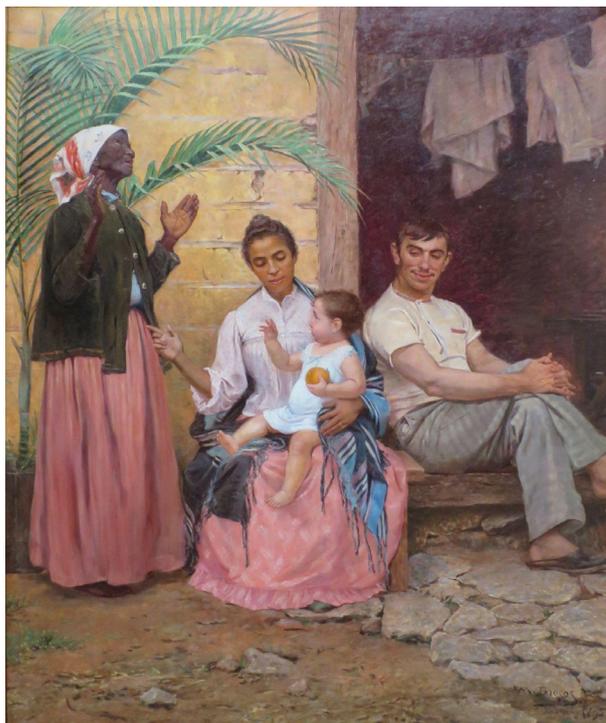


Figura 1. A Redenção de Cam.

Fonte: Wikipédia, 2022.

Eu olhava a secura do rosto da senhora, e refletia sobre suas rugas e marcas: como acabar com a maldição decorrente do racismo estrutural ou com as diversas maldições históricas pagas por essa família e por tantas outras?

Fiquei imaginando que condicionamentos e atravessamentos teriam tido a vida da bisavó de Kelly pela sua raça e tom de pele, e que visão teria ela sobre essa relação para, de alguma forma, desejar que a aparência de seus descendentes fosse diferente. Conjecturando suas árduas vivências, em um sistema de opressão que está na formatação e na essência das instituições e do Estado e, além disso, como sintetizado por Bersani (2018), que perpassa, desde a apreensão estética, até todo e qualquer espaço (público e privado), visto ser estruturante das relações sociais e da sociedade, portanto, sendo por ela naturalizado.

Minutos depois de sair da casa de Kelly, assisti uma mãe moradora da comunidade, sem a intenção, tentar responder a essa última pergunta, mas provocando em mim ainda mais inquietações. Foi saindo do beco embarrado que testemunhei a segunda forte cena daquele dia.

Mais à minha frente, caminhava uma criança com sua mochila escolar, em direção à rua asfaltada e, por trás de mim, gritava uma mulher, também negra, que adivinhei ser sua mãe. Disse ela, com a voz forte de quem parecia coincidir com a característica, algo como “Meu filho está indo pra escola, tão ouvindo?! Pra escola! Não é pra ninguém desviar ele no caminho, senão vocês vão ver do que eu sou capaz!”, com um tom de ameaça aos ares, para quem pudesse ouvir.

Pensei no trajeto que essa criança deveria fazer até a chegada de sua escola, e nas diversas “pedras” do caminho. Pude interpretar, brincando, que a frase, dita pela (muito provável) mãe, seria uma tentativa de libertação às maldições antes questionadas, no sentido das dominações, do colonialismo, da pobreza etc., pois há, de acordo com Garcia e Yannoulas (2017), um reconhecimento geral de que a educação é fundamental para retirar as pessoas da condição de pobreza.

Cena 3: conhecendo a família de Luana

Era a terceira vez que eu visitava a casa da família de Luana sem encontrá-la. O que eu sabia, até então, por relato de sua mãe e irmã, as quais me contaram em visitas anteriores, era que ela havia iniciado o cumprimento do regime aberto há pouco tempo, enquanto gestava pela quinta vez, mas que, após o nascimento da menina, sumiu com a recém nascida, deixando seus outros quatro filhos sob cuidados dessas outras duas mulheres (mãe e irmã).

A mãe de Luana estava preocupada com a mais nova neta, disse que era usual esse comportamento de sumiço da filha (que, por vezes, envolvia o cárcere), que sempre fora ela e a irmã mais nova de Luana que cuidaram dos seus outros filhos. Inclusive, conta que estava em processo de conseguir a tutela das crianças, e que, ao longo do encaminhamento, descobriu que uma delas, de sete anos, ainda não possuía registro de identidade. Ela emocionou-se ao me contar sobre os “descuidados” de sua filha Luana, e sobre a reparação que sua filha mais nova (tia das crianças) fazia desde muito jovem. Os pais das crianças, cabe observar que, como de costume, não apareciam nas histórias que me eram contadas, nem no dia a dia do desenvolvimento dos pequenos.

Antes de qualquer julgamento moral a respeito do narrado até aqui, penso naquilo que já foi identificado por Silva (como citado em Silva, 2015) em seus estudos sobre cárcere feminino e famílias monoparentais femininas. Ela pondera sobre a maior estigmatização e vulnerabilidade das mulheres que passam pelo cárcere, quando comparadas aos homens. Também argumenta:

A mulher quando chega ao extremo do encarceramento já enfrentou diversos processos que, também influenciados pela questão de gênero – como a não inserção no mercado de trabalho e a alta responsabilização pela manutenção da família e do lar – a excluíram de alcançar a efetividade de seus direitos sociais, civis e políticos (Silva, 2015, p. 160).

Mesmo assim, me parece que há uma vigorosa tendência em condenarmos Luana por sua maternagem falha ou errante, devido à carga moral que imprimimos socialmente à maternidade, operando até como legitimação da penalização institucional dessas mulheres. A respeito disso, Fonseca (2019) faz algumas provocações interessantes para pensarmos o que está sendo contextualizado. A autora nos lembra que a própria noção de família vista como fundada em fenômenos “naturais”, e da qual se pressupõe, entre o casal e o filho que engendrou, a existência de um sentimento espontâneo de amor e intimidade, é, na verdade, um ideário moral construído socialmente. E, nessa perspectiva, haveria exigências dirigidas à mãe (que estaria mais próxima à natureza) que não são da mesma maneira ao pai.

Ela problematiza, inclusive, a maneira que teorias do desenvolvimento foram interpretadas, de forma reducionista, colocando os três primeiros anos de vida como determinantes para o comportamento adulto e elevando a família a um papel central nos cuidados “adequados” (que envolvem, principalmente, carinho materno). Esta ideologia, que coloca quase que apenas como relevante o “cuidador principal”, em vez de considerar a multiplicidade de recursos básicos e estímulos que a criança requer, evidentemente, acaba por hiper responsabilizar e oprimir mulheres (Fonseca, 2019). A própria ciência, assim, opera justificando a falta de investimentos públicos como geração de emprego, garantia de creches e escolas públicas de qualidade, habitação social etc. (Fonseca, 2019).

Longe de estar aqui defendendo as faltas de Luana para com seus filhos, na verdade, o que trago são tensionamentos, apenas para lembrar das tantas outras faltas, as quais também estão ilustradas na história da família de Luana, e que são, do mesmo modo, observáveis em diversas realidades. A exemplo de tal reflexão, podemos citar o destino, até então, da irmã mais nova de Luana, a qual tinha uns 20 e poucos anos e teve de largar a escola por volta dos seus 15 anos para cuidar de seus sobrinhos, visto que sua mãe (a avó

das crianças) precisava sustentar as despesas da casa e, para isso, trabalhava o dia inteiro fora. Essa situação poderia ser percebida como simples consequência de um “abandono materno”, porém, há de lembrarmos das pautas e da problematização colocadas por feministas (principalmente feministas classistas, vertente do movimento feminista alinhada ao marxismo). Federici e Cox (2020) vão chegar ao ponto, quando conjecturam sobre o trabalho não-assalariado doméstico e de cuidado, que são atribuídos às mulheres e invisibilizados de forma a parecerem alheios ao capital, enquanto, na verdade, fazem parte da produção capitalista, e, naturalmente, da exploração, aqui, das trabalhadoras mulheres não remuneradas.

O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados, física, emocional, sexualmente, para que estejam prontos para trabalhar dia após dia. É a educação e o cuidado dos filhos — os futuros trabalhadores — cuidando deles desde o dia do seu nascimento e durante seus anos de escolaridade, assegurando que também eles ajam da forma esperada pelo capitalismo (Federici & Cox, 2020, p. 10).

As autoras argumentam que um trabalho remunerado, portanto, que acaba sendo um segundo emprego, na verdade, nunca libertou as mulheres do primeiro, deixando-as com menos tempo e energia para lutar contra ambas as explorações. No caso da família que eu visitava, o trabalho doméstico e de cuidado precisou ser reorganizado, designado mesmo que para uma adolescente, visto que não deixa de existir. Invisibilizado, porém, pelo Estado, e, portanto, não remunerado, e nem tomado como responsabilidade do poder público — que poderia ofertar e garantir creches, por exemplo. Portanto, a jovem teve de abandonar seus estudos e, provavelmente, parte de sua infância, pois o adulto presente na casa precisou trabalhar fora o dia inteiro, por um salário para garantir a sobrevivência.

Para além disso, outro fator que contribui para que as mulheres fiquem sem saída nessas situações é a glorificação da família nuclear, colocando esse tipo de trabalho como uma produção do amor, e que os problemas advindos deles, portanto, devem ser resolvidos na esfera privada (Federici & Cox, 2020).

Esta ideologia que coloca a família (ou comunidade) contra a fábrica, o pessoal contra o social, o privado contra o público, o trabalho produtivo contra o trabalho improdutivo, é útil diante da nossa escravidão no lar que, na ausência de salários, sempre apareceu como se fosse um ato de amor. Esta ideologia está profundamente enraizada na divisão capitalista do trabalho que encontra uma de suas expressões mais claras na organização da família nuclear (Federici & Cox, 2020, p. 18).

Isto posto, no dia do encontro que está sendo narrado, como em vários outros, era a irmã de Luana que estava na casa tomando conta das quatro crianças, das quais apenas duas eram “oficialmente” atendidas pelo programa, devido às suas idades. A avó estava trabalhando, e não havia, ainda, nenhuma nova notícia sobre Luana e a bebê. As crianças estavam curiosas com o que eu trazia em minha grande mochila de levar brinquedos, e avançavam para abri-la, com sorrisos e olhos cheios, mesmo sem terem recebido de mim sinais de permissão, para a intromissão. Ainda que meus atendimentos fossem focados apenas nos dois mais novos, sempre incluía as mais velhas quando estavam em casa. Elas, geralmente, frequentavam a escola, mas em dias de chuva ou greves escolares ficavam em casa, o que não era algo tão raro.

Começaram todos, então, a brincar com o tapete de “amarelinha” e com as massinhas de modelar, cada um com seu jeito, e pude reparar que a diversão das crianças também divertia a tia deles, a qual conversava comigo sobre cada um, descrevendo seus gostos e suas personalidades. Sem que eu perguntasse, contava-me que as meninas adoravam brincar de “mãe e filha”, que ficavam horas no quarto entretidas na brincadeira, e encenavam “dar chinelada” nas bonecas — me dizia ela como quem acha uma graça. Ainda expressando afeto e orgulho, falava do mais novo, do quão “tinhoso” era, e “grudado” nela. Mais, que o “Kaká” (apelido do sobrinho de 5 anos) gostava de jogar bola, e era bom no chute. E assim ia diferenciando cada um deles, e mostrando a atenção que dava, diariamente, às crianças, enquanto elas brincavam animadas. De tempos em tempos, faziam uma pausa de instantes, chamando “tia, tia”, por qual fosse o motivo. Me deixavam até um pouco “zonzna”, fazendo-me perceber o quão agitada era a dinâmica diária, mas, também, o quão ambientada estava a jovem tia àquelas várias demandas infantis.

Naquele momento, em oposição aos narizes “ranhentos” dos pequenos e às vacinas atrasadas até poucos dias — sinais de falta do cuidado orientado pelo programa —, senti a entrega daquela tia tão jovem para o cuidado daquelas crianças. Não tive dúvida de que ela os amava, mas, mais que isso, era como se ela dissesse: “eu conheço vocês, mesmo que sejam muitos e não meus, eu acompanho vocês em cada gesto e jeito”.

Klein (2012) apontou como o programa da política voltada à primeira infância não apenas estimula a adesão de hábitos como alimentar, higienizar, organizar horários e rotinas, além de outras formas específicas de cuidar; mas, também, vincula estas práticas a uma (a única aceitável) forma de amar e de demonstrar esse amor pelas crianças. Tendo, eu, feito parte do programa por quase dois anos, e visitado aquela casa por quase o mesmo tempo, tenho de concordar com a problematização da autora, visto que as contradições neste sentido não anulam a possibilidade da existência e da construção de um educar em

saúde integral. Enfim, não era o cumprimento ou não do checklist das tarefas “de cuidado”, nem mesmo um falar suave e amoroso — como, muitas vezes, também é exigido das figuras femininas de cuidado, no educar em saúde — realizados pela tia ou avó das crianças, o que me fazia sentir que havia mais, ou menos, amor naquelas relações. Talvez não seja simples dizer, na verdade, o que era, tampouco possível determinar *a priori*. Portanto,

Mais do que atuar na cultura e sobre as relações familiares, ensinando as pessoas a “ensinar com amor” ou a “adotar hábitos saudáveis”, talvez fosse necessário buscar compreender um conjunto mais amplo de forças que operam na configuração de valores, conhecimentos e formas de viver em relação à educação e(m) saúde, assim como na possibilidade concreta ou não de transpor situações estruturais e de pobreza (Klein, 2012, p. 655).

Considerações finais

Nos trechos da música “Mãe”, composta pelo famoso rapper brasileiro Emicida, aparece a crítica às condições da realidade — das periferias e das populações marginalizadas — que impõem às mulheres a responsabilidade do cuidado e da produção e manutenção da vida:

Uma vida de mal me quer, não vi fé
 Profundo ver o peso do mundo nas costas de uma mulher
 (...)

 Alexandre no presídio
 eu pensando no suicídio aos oito anos, moça
 De onde cê tirava força?
 (...)

 O sonho é um tempo onde as mina
 não tenha que ser tão forte.
 (...)

 Quando disser que vi Deus
 Ele era uma mulher preta
 (Emicida, 2015).

Contudo, é expressa uma contradição, pelo cantor, no enaltecimento dessa mulher apontada como divindade, em relação ao sonho por um tempo em que ela não precise ser tão forte. Há, também, pistas, como a cor da pele citada não ao acaso, de uma genealogia destas forças que operam, historicamente, na via de (re)produzir caminhos mortíferos, como o da prisão e o da morte propriamente dita. Assim como no desenredar das cenas do presente trabalho, onde busco, da mesma forma, compor com as contradições, e adentrar um pouco mais nas pistas e nos processos complexos emergidos pelo caminho.

Foram diversos os choques, contrastes e tensionamentos, os quais vivenciei ao permitir-me experienciar de maneira implicada esta jornada. No encontro com estas mulheres e realidades, eu estava equipada com “os conhecimentos teóricos-técnicos” a respeito do cuidar — sobre “marcos do desenvolvimento”¹⁰, “janelas de oportunidade”¹¹ da aprendizagem, formas de estimular, alimentar, etc. —, a partir do olhar da política social, semelhante ao olhar de tantas outras e de programas de educação em saúde, os quais possuem um modelo universal de cuidado. Porém, ao me deparar com o contexto no qual iria intervir, diferentes atravessamentos surgiram, os quais não se apresentavam apenas como “dificuldades”, como era, no máximo, considerado pelo paradigma operado pelo programa. E, sim, elementos que compunham fortemente seus mundos, implicando em suas práticas e discursos, tensionando os conhecimentos e o conceito de cuidado com o qual eu operava. Haraway (1997, p.37), em suas discussões feministas sobre a situacionalidade do conhecimento, afirma: “Nada vem sem o seu mundo, então tentar conhecer esses mundos é crucial”¹² (*tradução nossa*).

Iniciando pelo meu atuar, para pensar as contradições e implicações, percebo um inevitável reforço dessa individualizada e feminina responsabilização pelo cuidado, mesmo que seja por meio da ação em uma política pública a qual visa a própria promoção dele, ou seja, que inclui a participação de outras esferas da sociedade no cuidar, a começar pelo Estado. Ademais, pode-se dizer que a metodologia corrobora com a elevação do papel central da família nuclear no cuidado e sua noção de naturalidade, mesmo que, ao se dedicar a ensinar o cuidado e a amorosidade, não se pressupõe sua espontaneidade e natureza. Me pergunto, porém, se essa desnaturalização não seria advinda de uma discursividade sobre a pobreza que versa representando-a apenas em um lugar de falta ou de ignorância (Klein, 2012).

10 Habilidades e comportamentos que as crianças adquirem ao longo do crescimento, e que indicam estarem se desenvolvendo “normalmente”, sendo utilizados, também, para identificar atrasos ou dificuldades.

11 Períodos em que, se expostos a estímulos e experiências “adequadas”, ocorre o aprendizado de determinadas habilidades de maneira mais facilitada.

12 “Nothing comes without its world, so trying to know those worlds is crucial” (Haraway, 1997, p.37).

Além disso, o programa também pode configurar-se como um dispositivo de amortificação, ao servir à manutenção da ordem vigente, visto que não questiona a mesma, e busca o monitoramento e educação de mulheres-mães pobres, para desenvolver competências individuais em suas crianças. Processo esse que pode ser comparado ao que fala Meyer (2005), sobre a *politização contemporânea da maternidade*, em que se permite descolar processos sociais mais amplos pelos quais os problemas são gerados, para vincular soluções a partir da relação mãe-filho e do exercício de uma determinada forma de maternidade. Todavia, o paradoxo surge no momento em que se objetiva, com a inserção das políticas nesses contextos, justamente, romper com o ciclo da pobreza e demais problemas de determinações sociais.

Já as pistas e os atravessamentos foram, de maneira inesgotável e parcial, aprofundados ao longo das cenas, e circularam, em grande parte, no entorno das temáticas macrossociais indissociáveis de raça, gênero e classe, aspectos que julgo de grande importância considerar no entendimento das forças que engendram as realidades, para, inclusive, questionar sobre concepções e atuações as quais contribuem para a reprodução de opressões, e apontar para aquelas mais reparadoras ou produtoras de desvios. Meyer (2005), quando analisa algumas políticas e programas sociais brasileiros, voltados a grupos identificados como “de risco” ou vivendo em “situações de risco social”, faz um apontamento sobre a retórica eminentemente técnica e universalista que assumem, sem considerar os efeitos e a complexidade das “dinâmicas de classe, raça/etnia, gênero, ou inserção regional que estão imbricadas na produção dessas situações e relações nomeadas como sendo ‘de risco’”.

Mantém-se, apesar disso, igualmente expostos e articulados, processos microssociais e singulares, pois, como apontam Albino et al. (2021), mesmo em um tempo histórico estruturado pela desigualdade, os sujeitos buscam conduzir suas vidas, ainda que não o possam fazer de maneira totalmente deliberada, pelos processos que as configuraram, de todo modo, conferindo sentido a elas. O cuidado, como definem Tronto e Fischer (Tronto, 1993, p.103), é “tudo o que fazemos para manter, continuar e reparar ‘nosso mundo’, para que possamos viver nele da melhor maneira possível”¹³ (*tradução nossa*) — uma conceituação a ser pensada especialmente nos casos onde a necropolítica e a precariedade predominam. Nesse contexto, é possível entender o ato de cuidar, como proposto por Lima e Alvarenga Filho (2018, p. 217), como “uma estratégia micropolítica de produção de resistências; de reinvenção de si e do mundo”.

13 “everything that we do to maintain, continue, and repair our ‘world’ so that we can live in it as well as possible” (Tronto, 1993, p.103).

Se aplicado um paradigma universal e homogeneizante, é possível observar contradições em meio ao cuidado produzido pelas famílias acompanhadas. No entanto, amparada por autoras feministas como Donna Haraway e María Puig de la Bellacasa, defendo como necessária a concepção de uma multiplicidade de cuidados. Advertida de que o cuidar não pode ser reduzido a uma disposição moral, nem a uma epistêmica, ou um trabalho aplicado ou afeto, pois é sempre específico, não precedendo às relações que o constituem, e não sendo necessariamente traduzível em outro contexto (Bellacasa, 2012).

Após, muitas vezes, o conceito apresentar-se como um problema, em meu fazer ação e meu fazer pesquisa, visto não intencionar defini-lo, nem afirmar sua existência ou não, nos modos de produção da vida daquelas famílias. Opto em não des-problematizá-lo, mas sim em apresentar o(s) cuidado(s), heterogêneos, com suas contradições, seus paradoxos e suas incertezas. Ou seja, o cuidado como um posicionamento e exercício ético. Assim, “não podemos avaliar a ética de um comportamento a partir da adequação ou não aos códigos prescritivos ou aos jogos de verdade que universalizam e normalizam a experiência concreta dos sujeitos” (Andrade et al., 2018, p. 74).

Essa problematização não objetiva invalidar ou descartar modelos técnicos e teóricos, afinal, saberes desta ordem são de grande importância para que ocorra o diálogo e invenções no encontro com o outro. Porém, é o “*entre*” o lugar da constituição de saberes, como menciona Tibola (2016). O que se busca, portanto, é interrogar e desestabilizar verdades, saberes-poderes no campo da produção do cuidado, para um posicionar-se ético. De acordo com Andrade et al. (2018, p. 73), “esta atitude para consigo ou este *ethos* problematizador de si que caminha na direção da produção de modos de vida não assujeitados pode também ser denominado *cuidado de si*”. E, assim, me aproximo do debate de Foucault (2004), sobre a ética do cuidado de si, em que se aposta na possibilidade de uma produção singular da/na existência, e na abertura para diferentes modos de ver, ouvir, pensar, sentir e cuidar, que escape dos processos de dominação da vida. Em relação às políticas públicas de saúde, o conceito de *cuidado de si* nos oferece um caminho de questionar a naturalização das práticas e discursos sobre o cuidado: tanto aqueles exercidos pelos/sobre os trabalhadores da saúde, quanto pelos/sobre as famílias. A exemplo do que seria a amorosidade, ou o papel da família — principalmente das mulheres e mães. Entendendo essas naturalizações como construções históricas, sociais e localizadas, frequentemente marcadas por relações de dominação. Haraway (1997), ainda, em sua concepção ontológica, nos apresenta a compreensão de que pensar é sempre pensar com muitos, a partir de muitos, pois somos feitos de relações. E que é nesse *pensar-com*, com os diversos mundos, que se pode construir possibilidades para a existência.

Finalmente, concluo o exposto sem generalizações ou respostas definitivas para as questões que surgiram ao longo da experiência, mas deslocando para novas interrogações. Empreendo provocar, com a contribuição de meu relato, a elaboração de perguntas sobre a produção de cuidado que incluam os engendramentos dos processos e as implicações de todos os agentes envolvidos, buscando, sem ilusões, respostas temporárias, verdades flexíveis, para “cuidares” coletivos e singularizados. Porém, sendo a desestabilização a oportunidade e a condição para a construção da ética, para a invenção de novas maneiras de ser e estar com o outro, de cuidar-se e de cuidar (Andrade et al., 2018), assumo como infundável o movimento de experimentação e questionamento para a temática, assim como em qualquer debate de teor ético.

Referências

Abu-Lughod, Lila (2018). *A escrita contra a cultura*. [Trad. F. C. V. S. R. do Rego & L. Durazzo; Revisão técnica de L. Valentini]. *Equatorial*, 5(8), pp. 193-226.

A Redenção de Cam (2022). *Wikipédia, a enciclopédia livre*.

Albino, Chiara; Oliveira, Jainara; Melo, Mariana (2021). “Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios”. *Editora Seriguela*.

Andrade, Ademilde Machado et al. (2014). Visita domiciliar: validação de um instrumento para registro e acompanhamento dos indivíduos e das famílias. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 23(1), pp.165-175.

Andrade, Eliane Oliveira; Givigi, Luiz Renato; Abrahão, Ana Lúcia (2018). A ética do cuidado de si como criação de possíveis no trabalho em Saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 22(64), pp. 67-76.

De la Bellacasa, Maria Puig (2012). "Nothing Comes Without Its World": Thinking with Care. *The Sociological Review*, 60(2), pp. 197-216.

De la Bellacasa, Maria Puig et al. (2023). O pensamento disruptivo do cuidado. *Anuário Antropológico*, 48(1).

Bersani, Humberto (2018). Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil. *Extraprensa*.

Butler, Judith (2019). *Vida precária: Os poderes do luto e da violência*. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica.

Colmeia, Zé (2016). *Família e Cárcere – Os efeitos da punição sobre a unidade familiar e a necessidade de inclusão*. Forense.

Conselho Nacional de Saúde (2016). *Resolução nº 510 do CNS, de 07 de abril de 2016*.

Costa, Pedro Henrique Antunes; Mendes, Kíssila Teixeira (2020a). Colonização, Guerra e Saúde Mental: Fanon, Martín-Baró e as Implicações para a Psicologia Brasileira. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 36(14), pp. 1-12.

_____. (2020b). Dialética do Fatalismo: do Fatalismo dos Indivíduos para o da Ordem. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 2(1), pp. 1808-428.

Decreto Nº 8.869, de 5 de outubro de 2016 (revogado). *Institui o Programa Criança Feliz*. Presidência da República. Brasil.

Deleuze, Gilles; Guattari, Félix (1980). *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34.

_____. (1995). Introdução: Rizoma. In *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 1). São Paulo: Editora 34.

Emicida (2015). *Mãe*. [música Emicida Oficial VEVO]

Federici, Silvia; Cox, Nicole (2020). *Contra-atacando desde a cozinha. Salários para o trabalho doméstico: uma perspectiva sobre o capital e a esquerda*. Terra Sem Amos.

Fernandes, Kelly Cristina; Garcia, Daniela Fontes (2021). *Teatro Social dos Afetos*. Editora da Autora.

Ferreira, Regina; Ferriani, Maria das Graças; Mello, Débora F.; Carvalho, Isabel P.; Cano, Marilza A.; Oliveira, Luciana A. (2012). Análise espacial da vulnerabilidade social da gravidez na adolescência. *Cadernos de Saúde Pública*, 28(2), pp. 313-323.

Fonseca, Claudia (2019). “Algumas reflexões em torno do ‘abandono materno’”. In C. Fonseca, *Leituras de resistência: corpo, violência e poder*. Porto Alegre: Editora Mulheres.

Fonseca, Tania Mara Galli.; Costa, Luis Artur (2013). As durações do devir: como construir objetos-problema com a cartografia. *Fractal: Revista de Psicologia*, 25(2), pp. 415-432.

Foucault, Michel (2004). *Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. (2014). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes.

Garcia, Adir; Yannoulas, Silvia Cristina (2017). Educação, pobreza e desigualdade social. *Em Aberto*, 30(99), pp. 21-41.

Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo (2003). Como trabalhar com "raça" em sociologia. *Educação e Pesquisa*, 29(1), pp. 93-107.

Haraway, Donna J. (1997). *Modest_Witness@Second_Millennium.FemaleMan©_Meets_OncoMouse™: Feminism and Technoscience*. New York: Routledge.

Klein, Carin (2012). Educação de mulheres-mães pobres para uma "infância melhor". *Revista Brasileira de Educação*, 17(51), pp. 647-748.

Lei Estadual Nº 12.544, de 3 de julho de 2006. *Institui o Programa Primeira Infância Melhor – PIM – e dá outras providências*. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Lei Federal Nº 13.257, de 8 de março de 2016. *Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância*. Presidência da República. Brasil.

Lima, Antonio; Alvarenga Filho, José Rodrigues (2018). A potência do cuidado: uma experiência no sistema prisional de Pernambuco. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(2), pp. 117-130.

Martin-Baró, Ignacio (2017). O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano. In F. Lacerda Júnior (org.), *Crítica e libertação na Psicologia*. Petrópolis: Vozes.

Menezes, Gabriela; Lopes, Violeta (2020). *Encarceramento feminino no Brasil e nos Estados Unidos: o que dois dos países que mais encarceram no mundo têm em comum?*. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania.

Menezes, Gabriela; Pereira, Violeta (2020). *Infopen Mulheres 2017: encarceramento feminino em SP e marcadores sociais da diferença*. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania.

Meyer, Dagmar E. E. (2005). A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. *Revista Gênero*, 6(1), pp. 81-104.

Passos, Eduardo; Kastrup, Virgínia (2013). Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. *Fractal: Revista de Psicologia*, 25(2), pp. 391-414.

Paulon, Simone M. A.; Romagnoli, Roberta C. (2010). Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(1), pp. 85-102.

Pereira, Everton Luís (2016). Famílias de mulheres presas, promoção da saúde, e acesso às políticas sociais no Distrito Federal, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(7), pp. 2123-2134.0

Portal de Dados do Ministério da Justiça (2017). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen)*. Brasil.

Primeira Infância Melhor (2021). *O que é o PIM?* Ministério da Saúde.

Racionais MC's (1997). *Sobrevivendo no Inferno*. [Álbum Costa Nostra].

Roncolato, Murilo (2018). "A tela 'A Redenção de Cam' e a tese do branqueamento no Brasil". *Nexo Jornal*, 14 de julho.

Silva, Amanda Daniele (2015). *Mãe/mulher atrás das grades: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina*. Cultura Acadêmica. [E-book].

Tibola, Talita (2016). Cuidado com dissenso: pensando mobilizações político-artísticas no Rio de Janeiro a partir de uma ética-prática do cuidado. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del Rei, 11(1), pp. 185-199.

Tronto, Joan C. (1993). *Moral Boundaries: A Political Argument for an Ethic of Care*. New York and London: Routledge.

Recebido em 06 de junho de 2024.

Aceito em 13 de novembro de 2024.

O cuidado desnatura(liza)do: relatos e reflexões a partir de experiências no trabalho em saúde com famílias atravessadas pelo cárcere

Resumo

O artigo tem como temática o cuidado com famílias, em situação de vulnerabilidade social, que possuem algum vínculo com o cárcere. Busca-se refletir a produção do cuidado, a partir das experiências em um estágio realizado entre os anos de 2019 e 2021, em uma política pública voltada à primeira infância. São desenvolvidas cenas ensaísticas a respeito de alguns encontros, permitindo aprofundar elementos que os permeiam, revelando uma variedade de contradições e atravessamentos à perspectiva de cuidado em saúde. Na busca cartográfica das forças constituintes de alguns elementos e em considerar as complexidades da realidade, convocam-se debates, principalmente, de raça, classe e gênero. Problematizo, assim, uma discursividade excessivamente técnica e universalista a respeito do cuidado, apostando na possibilidade de uma produção singular da existência. Concebe-se o cuidado, então, enquanto construção ética, que se produz/inventa por meio da desestabilização de verdades colonizadoras.

Palavras-chave: Cuidado; Famílias; Gênero; Cárcere; Política Pública; Saúde.

The denatured(lized) care: reports and reflections based on experiences in health work with families affected by prison

Abstract

The article's theme is caring for families, in situations of social vulnerability, who have some connection with prison. The aim is to reflect the production of care, based on experiences in an internship carried out between 2019 and 2021, in a public policy aimed at early childhood. Essay scenes are developed about some encounters, allowing us to delve deeper into the elements that permeate them, revealing a variety of contradictions and obstacles to the perspective of health care. In the cartographic search for the constituent forces of some elements and in considering the complexities of reality, debates are convened, mainly on race, class and gender. I thus problematize an excessively technical and universalist discursiveness regarding care, betting on the possibility of a singular production of existence. Care is conceived, then, as an ethical construction, which is produced/invented through the destabilization of colonizing truths.

Keywords: Care; Families; Gender; Prison; Public Policy; Health.